

ANÁLISE QUALITATIVA DE CORPUS DOCUMENTAL

João Bosco C. Santos

Abstract

This paper aims at discussing some qualitative procedures in a documental *corpus*. We took as basic support some concepts from the theoretical framework of French Discourse Analysis. Thus, such documents are treated like indexes of determination in the analysis. To illustrate our qualitative analysis, we chose a subject syllabus among the set of subjects offered in the Letters Course in a federal university in Brazil.

Key words: Discourse analysis, Portuguese teaching, qualitative methodology.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este artigo pretende discutir alguns procedimentos qualitativos de análise para um *corpus* documental. Tomamos como suporte metodológico, alguns conceitos do arcabouço teórico da Análise do Discurso de vertente francesa. Nessa perspectiva, os documentos são tratados em nível de índices enunciativos, considerando a simetria e a assimetria entre as variáveis constitutivas desses índices.

Na análise de documentos institucionais, algumas questões se esboçam no tocante ao tratamento ético da identidade dos sujeitos produtores, as citações de referências espaço-temporais e de siglas designando órgãos envolvidos na produção do documento. Entendemos por documentos institucionais, aqui, textos formais, aprovados em conselhos institucionais, que seguem uma orientação modelar, e que refletem lugares discursivos dentro da instituição. Estamos chamando de lugares discursivos, instâncias de enunciação, fundadas em determinados setores de uma instituição, que orientam, direcionam e gerenciam o funcionamento de determinadas práticas sócio-operacionais na mesma.

A seguir, apresentaremos as características desses documentos, para depois discutirmos os procedimentos para uma análise qualitativa dos mesmos.

2. CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Um documento institucional carrega em sua interdiscursividade (Maingueneau, 1987) vozes e sentidos demarcadores de relações de poder, envolvendo uma anterioridade histórica, uma hodiernidade política, e uma projeção ideológica. Essa anterioridade histórica revela traços de uma consolidação de práticas sociais e culturais, no âmbito das relações de poder e na concepção de padrões de comportamentos. A hodiernidade política instaura as modulações do poder nas relações de assimetria, entre as influências predominantes de prestígio, de supremacia ideológica, ou ainda, de controle das práticas sociais e culturais de um determinado grupo de indivíduos.

A projeção ideológica evidencia o caráter de doutrinação e de dominação, subjacentes às práticas sociais, culturais e políticas, na composição dessas relações de poder. O documento institucional, portanto, atua como um *referendum* dessas práticas sociais e culturais, nas suas dimensões políticas e ideológicas. No presente trabalho, estamos lidando com documentos institucionais que regulam a prática universitária, no que tange à formação profissional.

Para ilustrar nossa análise qualitativa, escolhemos uma ficha de disciplina entre os componentes curriculares do Curso de Letras de uma instituição federal de ensino superior. A opção por esse documento se justifica pelo seu caráter revelador de oscilações teóricas, propósitos educacionais e direcionamentos discursivos, acerca do perfil de formação de professores pretendido pela comunidade docente desta instituição. Estamos denominando de análise qualitativa, neste trabalho, a percepção interpretativa das características constituintes do documento e suas evidências indiciárias (Ginzburg, 1989) em nível de composição léxico-sintática, para tentarmos explicitar a leitura dos interdiscursos subjacentes à organização textual do documento.

A observação, a categorização e a análise desses elementos indiciários remontam à complexidade discursiva do documento, reveladora de anterioridades históricas (Orlandi, 1994), de influências contemporâneas e de pressuposições acerca de prováveis efeitos

constituintes da *conjuntura sentidural*¹ do mesmo. Essa percepção interpretativa, apesar de ser traspassada pelos referenciais discursivos do sujeito que analisa os documentos, apresenta critérios pressupostos, como: referencialidade de vozes no texto; encaminhamento semântico da organização dos sentidos nesse texto; e explicitação de heterogeneidades constitutivas (Authier-Revuz, 1982) da gênese documental, através de índices de determinação de sentidos na superfície do discurso. A composição léxico-sintática evidencia pistas de significação e uma proposição contextual.

Essas pistas de significação são indicadoras de sentidos implícitos. Tal indicação se justifica pelo fato de esses sentidos serem portadores de uma causalidade lingüística, que é circunscrita em um conhecimento histórico indireto. Já a posição contextual se explica pela conjectura pontual de uso desses significados. Nessa conjetura, ocorrem especificações, particularidades e deslocamentos, inerentes à situação enunciativa em que os enunciados são realizados.

Com relação à leitura dos interdiscursos, trata-se de uma percepção crivada do sujeito pesquisador, fundada na intrapessoalidade de seus referenciais; na constitutividade das perguntas de pesquisa; e, no encaminhamento acadêmico dado ao *corpus* em investigação. Entendemos que essa percepção crivada deve ser orientada para o foco de análise da pesquisa. Se não recortarmos nossa referencialidade para crivar os dados, corremos o risco de cair numa abrangência dispersa, que comprometerá a consistência acadêmica do trabalho científico.

3. O TRATAMENTO ÉTICO AOS DADOS

No escopo da análise documental, torna-se relevante definir o tratamento ético da identidade dos sujeitos produtores e mencionados nos documentos em investigação. O caráter qualitativo, quase sempre, tem como pon-

¹Entendemos por *conjuntura sentidural* a dinâmica dos sentidos, circunscritos na instauração de uma meta, de uma intencionalidade identitária e de uma necessidade histórica de se construir e de se preservar algo.

to de vista e premissa básica, a percepção do *dito* como elemento caracterizador do foco em investigação, sem, para tanto, haver uma necessidade de se revelar a identidade nomeada dos locutores. A revelação da identidade torna-se relevante para a pesquisa, quando o foco de investigação centra-se na análise de sujeitos específicos, como acontece nos estudos de caso.

A seguir, tomamos como exemplo a descrição e a análise de uma ficha de disciplina do Curso de Letras, em uma instituição federal de ensino superior. A escolha da ficha foi aleatória porque nosso interesse, neste momento, é discutir o processo metodológico utilizado para analisá-la. Além disso, no escopo da pesquisa, as outras fichas da grade curricular passarão pelo mesmo crivo qualitativo de análise.

O propósito da pesquisa é investigar as filiações teóricas da formação do professor de línguas e o tratamento enunciativo dado a elas. Como podemos observar, não há necessidade, para esta investigação, de se explicitar o nome da instituição, porque o foco da pesquisa não está relacionado ao tratamento que a instituição, em específico, dá à natureza dessa formação, mas sim, a explicitação das construções teóricas que servem de andaime epistemológico para tal formação. Indicar o nome da instituição, além de expor essa instância de enunciação, desnecessariamente, desloca o foco da investigação para o trabalho específico realizado por ela.

Além disso, há que se considerar outro aspecto ético que envolve essa questão. Para se envolver o nome de uma instituição como dado de uma pesquisa, é necessário que a mesma autorize formalmente o(a) pesquisador(a) a identificá-la. Caso contrário, trata-se de uma violação do direito de resguardo de identidade, que é constitucional e sujeito a implicações de ordem jurídica.

O mesmo tratamento supracitado se refere a sujeitos específicos, produtores de documentos ou neles citados. Entendemos que quando a análise qualitativa envolve sujeitos específicos, também é necessário que se consiga uma autorização formal para mencioná-los, mesmo que se utilize uma identificação fictícia. Tal cuidado se justifica porque, ainda que seja resguardado o caráter identitário designativo de tais sujeitos, mesmo assim, torna-se possível reconhecê-los, quer pelo contexto em si, quer pela natureza de suas ações no mesmo.

Da mesma forma, esta questão também inclui nomes de setores diretamente ligados aos aspectos de análise, ocupantes de cargos nesses setores, ou ainda, qualquer informação específica, de natureza espacial ou temporal, que identifique a instituição ou os sujeitos a ela ligados. Esse cuidado, além de resguardar o(a) pesquisador(a) de quaisquer implicações de natureza ética, enfatiza a focalização da análise dos dados em si, intensificando sua relevância para a pesquisa. Cabe também não silenciar aqui que, se o foco da análise centra-se nos sujeitos, mediante sua ciência de que são sujeitos de uma pesquisa, e sua conseqüente autorização para utilização dos dados na análise, cabe ao(à) pesquisador(a), apenas, o bom senso de referi-los com uma identificação fictícia, para evitar uma exposição tão acentuada da identidade dos mesmos.

Por outro lado, existem algumas referências identitárias espaço-temporais que, por serem de domínio público, porque são determinantes da origem histórica dos documentos em análise, e por representarem instâncias do *dizer* na concepção dos mesmos, podem ser mencionadas sem essa preocupação de acuidade ética. No nosso caso específico, são as citações do MEC/Ministério da Educação e do número da lei que regula a instalação dos cursos de Letras no Brasil, bem como a data de sua publicação no Diário Oficial da União. Tais citações são referências espaço-temporais fundadoras da natureza dos documentos e, por conseguinte, não atraem para si o foco específico da análise, nem são expostas, em nível de informações, porque o foco de análise está em outra instância do *dizer*.

Como pudemos observar, essas questões podem ser equacionadas quando: i) avaliamos o foco de tratamento do *corpus*; ii) estabelecemos um parâmetro qualitativo referencial; e iii) estabelecemos critérios para balizar inter-relações entre os documentos. No que tange ao foco, cabe ao(à) pesquisador(a), estabelecer questões de pesquisa que contemplem a abrangência dos sentidos constituintes dos documentos. Na pesquisa que estamos exemplificando, esse foco está relacionado às filiações teóricas; já o parâmetro qualitativo referencial diz respeito ao tratamento enunciativo dado a essas filiações; enquanto que as inter-relações entre os documentos

serão construídas com base nos enunciados apresentados em cada parte dos documentos a serem analisados.

4. ANÁLISE QUALITATIVA DE UM DOCUMENTO INSTITUCIONAL

4.1. CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO

As fichas de disciplinas são documentos modelares para todas os componentes da grade curricular. São compostas de quatro partes, a saber: objetivos; ementa; bibliografia e descrição do programa. Os objetivos, a bibliografia e o programa são elaborados em função da ementa.

Os objetivos são representados com verbos no infinitivo e anunciam as metas pretendidas com aquela disciplina. Na ementa, são estabelecidos os conteúdos mínimos obrigatórios a serem ministrados na disciplina. Esta é constituída por ocasião da criação do curso e segue as indicações de uma resolução do CFE/Conselho Federal de Educação – datada de 19 de outubro de 1962.

A bibliografia representa as referências teórico-pragmáticas, nas quais a disciplina está circunscrita em nível epistemológico. No programa, constrói-se um detalhamento da ementa, evidenciando-se as prioridades teórico-pragmáticas desejadas, para o encaminhamento da disciplina na operacionalização da sala de aula. A inter-relação entre essas partes constituintes da ficha, ou seja, a interpretação dos encaminhamentos enunciativos desses elementos, reunirão evidências que denominaremos de regularidades, as quais trataremos na próxima seção.

4.2. CRITÉRIOS PARA UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

A observação das regularidades acontece segundo critérios de natureza funcional e distribucional, que norteiam o processo de análise, calcado em instâncias de comparação, associação e correlação de evidências no contexto da investigação. Os critérios de natureza funcional dizem respeito à utilidade das escolhas sentidurais dos enunciados do documento. Em nosso exemplo, esses critérios funcionais foram construídos com a seguinte perspectiva de análise.

Figura 1 - Ficha de disciplina

Elemento da Ficha	Escolha Sentidural	Função
Objetivos	verbos - conceitos - proposta	direção enunciativa - célula de filiação - aplicação
Ementa	teoria - representação - enfoque	filiação epistemológica - suporte metodológico - pontos de inflexão
Bibliografia	autor - obra - temporalidade	filiação teórica - contextualização pragmática - vigência teórico-pragmática
Programa	focalização - topicalização - seqüência	direcionamento teórico - problematização - gradação teórica

Os critérios de natureza distribucional se referem às correspondências entre os elementos do documento em suas relações de similaridade, contigüidade e identidade. Em nosso exemplo, os elementos de distribuição obedeceram à seguinte seqüência:

- a relação da direção enunciativa com a teoria apresentada;
- a relação conceitual com os princípios teóricos norteadores da disciplina;
- a relação aplicativa dos conceitos com a ênfase teórica a eles atribuída;
- a relação epistemológica dos princípios teóricos com o foco determinado para abordagem dos mesmos;
- a relação metodológica com a seqüência dos princípios teóricos escolhidos para problematizar a área em estudo.

A instância de comparação combina as funções das unidades de análise com uma relação distribucional a ela atribuída. Já a instância de associação realiza uma triagem de elementos subjacentes na função e em sua relação distribucional atribuída. Por fim, a instância de correlação, que estabelece os elementos mútuos, dependentes e correspondentes entre as partes do documento.

A percepção das regularidades, sob essa perspectiva, revela índices demonstrativos da filiação teórica dos componentes curriculares, bem como o tratamento a ela impingido na composição da ficha de disciplina. Passemos à

análise de uma ficha, para melhor ilustrarmos a operacionalização desses critérios. Escolhemos, aleatoriamente, a ficha da disciplina intitulada *Língua Portuguesa 5: Fonética e Fonologia*, pertencente ao 3º período da grade curricular do Curso de Letras de uma instituição federal de ensino superior (ver anexos).

4.3. ANÁLISE DA FICHA DE DISCIPLINA

Trata-se de uma disciplina que enquadraremos no grupo de disciplinas fundamentadoras, por introduzir, para a comunidade discente do Curso de Letras, o universo teórico das áreas de Fonética e Fonologia, até então, ainda não formalizadas como áreas de fomentação de estudos lingüísticos. Por ser uma disciplina fundamentadora, possui um caráter informativo-fundador, de construção de uma base teórica para os estudos da linguagem. Além disso, a disciplina se apresenta com uma orientação pragmática diversificada para as áreas de alfabetização, ortografia, leitura, escrita e ensino da língua portuguesa em geral.

4.3.1. OS OBJETIVOS

Os objetivos da disciplina são apresentados com dois verbos de abrangência subjetiva – *propiciar* e *desenvolver* – numa perspectiva conceitual que envolve a *aquisição*, a *aplicação*, e a *demonstração de habilidade*. A nosso ver, os verbos utilizados se distanciam da natureza enunciativa, à qual a disciplina se propõe, que quando transcrita na superfície do discurso, revela o propósito de construir uma fundamentação teórica, com vistas a uma prática de ensino da língua materna (LM). Esse distanciamento também se justifica pela circunscrição formalista da disciplina.

A direção enunciativa de *propiciar* não se adequa à filiação epistemológica positiva com que a disciplina é apresentada. Já a direção de *desenvolver*, por sua circunscrição em um campo semântico comportamental, está relacionada com essa filiação positiva. Fica então o questionamento: Como *propiciar* uma *aquisição* se estamos diante de um processo intrapessoal de sujeitos interagentes?

O tratamento enunciativo sugerido no interdiscurso dos objetivos referenda uma proposta teórico-pragmática, centrada na análise da língua portuguesa e com uma aplicação de natureza informativo-descritiva. Daí a

presença de conceitos designativos como *aquisição*, *aplicação* e *habilidade*. Tais conceitos surgem como alternativas para o desenvolvimento de princípios teóricos de natureza operacional.

A *teoria fonológica* sugerida nos objetivos pressupõe aplicações conceituais técnicas, vinculadas a princípios teóricos abrangentes e mecanicistas, em nível de parâmetros para exame de fenômenos fonológicos. Observamos a evidência de uma abordagem de controle para o tratamento das variáveis teóricas a serem estudadas. Em decorrência disso, percebemos que a descrição desses fenômenos também se dá numa perspectiva metodológica permeada por procedimentos analógicos.

4.3.2. A EMENTA

A ementa é considerada a parte não mutável da ficha de disciplina. Nela se especifica o conteúdo mínimo a ser ministrado pela disciplina segundo a orientação do CFE. A ementa da disciplina em análise tem um caráter positivista-empiricista, porque apresenta as áreas de Fonética e Fonologia através de generalidades, fragmentadas em subáreas, além de evidenciar uma distinção entre as vertentes teóricas subjacentes a essas áreas, num seqüenciamento descritivo. Os conceitos são tratados através de noções, unidades e elementos comparativos.

O tratamento enunciativo se constitui a partir da superficialidade conceitual, passando por uma categorização classificatória, até uma enumeração de fenômenos lingüísticos relacionados ao escopo de estudo das áreas. Nesse tratamento, observamos um direcionamento enunciativo fragmentário, com um enfoque teórico de caráter mecanicista. Fragmentário, porque os conceitos são fundados numa orientação de funcionamentos físicos, o que remete a uma orientação de princípios teóricos de natureza estrutural.

O enfoque teórico é de caráter mecanicista, porque as aplicações conceituais são sistematizáveis e possuem uma correspondência de similaridade com os princípios teóricos, que exibem propriedades demarcadas nessa aplicação. Com base nessas características, inferimos que a relação epistemológica é de caráter empírico, com o foco de abordagem na regulação de fenômenos de natureza físico/experimental. O mesmo podemos afirmar da relação metodológica, que é construída atra-

vés de representações simbólicas, fazendo com que os princípios teóricos tendam a ser de ordem indicial.

4.3.3. A BIBLIOGRAFIA

A bibliografia elenca as circunscções teóricas da disciplina. Através dela, torna-se possível explicitar as filiações epistemológicas e a orientação acadêmica pressuposta para a apresentação do componente curricular. Na ficha em análise, verificamos a opção por obras com as seguintes caracterizações: autores didáticos, autores referenciais e autores correlatos.

Os autores didáticos, via de regra, apresentam suas obras com uma linguagem explicativa e abrangencial. Tratam-se de obras de fundamentação, que colocam a comunidade discente em contato com os princípios básicos da disciplina. Já os autores referenciais, preferem trabalhar com conceitos mais específicos, além de pressuporem um conhecimento prévio acerca dos princípios teóricos da área.

Dentre os autores referenciais, destacamos aqueles proponentes de obras consultivas, como é o caso de dicionários especializados e das gramáticas. Quanto aos autores correlatos, em geral, eles trabalham com aplicações teóricas da área em foco, considerando determinados campos pragmáticos como o ensino, a leitura, a escrita ou a ortografia. Na ficha em análise, percebemos que, além de uma fundamentação geral nas áreas de Fonética e Fonologia, existe uma preocupação pontual em se enfatizar a Fonética Articulatória, a Fonologia Transformacional, a Variação Dialetal e a Fonologia Gerativa.

Na especificidade dessas subáreas, destacam-se aspectos como a gênese latina e a aplicação de princípios teóricos nas áreas de Educação, Linguística, Ensino de LM e Alfabetização. Além disso, observamos que essas aplicações se circunscrevem numa vigência teórico-pragmática, em que se privilegia: a articulação oral e escrita, o ensino da articulação oral e a representação estrutural dos sons. Outro fator que nos chamou atenção foi a temporalidade das obras indicadas, porque verificamos que a maioria das obras é da década de setenta e a mais recente foi editada há dez anos.

Acreditamos que tal fator se justifica, por serem áreas cuja fundamentação teórica parece permanecer estável quanto ao arcabouço conceitual

e, nesse caso, obras atuais apresentariam apenas uma releitura de princípios teóricos já consagrados. Não queremos dizer com isso que essas áreas estejam estagnadas em sua evolução teórica, mas entendemos que, por se tratarem de áreas em que predominam a sistematização e as representações simbólicas, os princípios básicos evoluem em uma dinâmica extensiva, o que não invalida os princípios já existentes. Nessa perspectiva, torna-se possível a leitura de que a escolha dessas obras com essa temporalidade seja uma opção de fundamentar a comunidade discente, com autores de prestígio e obras de referência.

Com essas considerações, interpretamos que o tratamento enunciativo dado à bibliografia dessa disciplina reflete uma direção enunciativa abrangente direcionada para uma teoria com traços organizacionais de sistemas. Além disso, percebemos a inclusão de conceitos referenciais, subjacentes a princípios teóricos com ênfase na especificação. No que tange às aplicações conceituais, observamos que estas se filiam a uma relação epistemológica racionalista, cuja abordagem prescreve a sistematização de variáveis concorrentes e uma relação metodológica distintiva em seus traços de ocorrência.

4.3.4. O PROGRAMA

O programa é a parte da ficha com maior possibilidade de mudanças. A professora ou o professor da disciplina, geralmente tem liberdade para alterá-lo, desde que este não fuja da proposta da ementa. Na ficha em análise, o programa enfatiza os seguintes aspectos relacionados às áreas: i) as unidades sonoras em sua simbologia, estrutura, representação e características; e ii) as relações som/ortografia, som/leitura e som/escrita. As topicalizações se alternam entre as variações de aspectos na própria área e em algumas interfaces do processo de formação do(a) professor(a) de línguas.

O direcionamento teórico sugerido no interdiscurso do programa revela procedimentos de exposição, de separação, de analogias e de especificidades. Dessa maneira, estamos diante de uma direção enunciativa sequencial num tratamento teórico fragmentado. Observamos, também, um tratamento conceitual descritivo, na dimensão assertiva dos princípios teóricos, pragmatizados numa relação epistemológica de gênese.

O foco de abordagem enfatiza a percepção de modelos de aplicação numa relação metodológica associativa. Tais percepções revelam um tratamento enunciativo formalista, modelar e aplicativo. O programa, por seu caráter de mutação potencial, revela, também, propósitos e interdiscursos imanentes da professora ou do professor da disciplina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, quisemos discutir alguns procedimentos qualitativos de análise para um *corpus* documental. Tomamos como suporte básico, alguns conceitos do arcabouço teórico da Análise do Discurso de vertente francesa. Nessa perspectiva, os documentos são tratados com base em evidências indiciárias, pontuadas em suas oscilações de simetria e assimetria no escopo de variáveis imanentes desses índices.

Optamos por uma demonstração no âmbito da micro-análise, por entendermos que esta perspectiva melhor ilustraria a sistemática de análise qualitativa, direcionada para documentos em um *corpus*. Convém, também, trazeremos para a superfície do nosso discurso, que o referencial teórico da pesquisa se circunscreve na Escola Francesa de Análise do Discurso. A micro-análise, aqui apresentada, pretendeu demonstrar as filiações teóricas da formação do(a) professor(a) de línguas e o tratamento enunciativo dado a essas filiações.

Para tal, analisamos uma ficha de disciplina, explicitando o seu quadro funcional e distribucional, para elaborarmos uma interpretação analítica e qualitativa das filiações teóricas e do tratamento enunciativo a elas dado. Procedemos nossa análise numa perspectiva discursiva, porque pretendemos, através de uma interpretação histórico-ideológica dos sentidos e enunciados, inferir pressupostos e subentendidos, subjacentes a uma amostra do discurso universitário institucional. Resta-nos a ressalva de que esta análise deve ser parte constituinte de um conjunto de análises de outros componentes curriculares do Curso de Letras, para que, assim, possamos traçar um perfil das filiações teóricas subjacentes à formação do(a) professor(a) de línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Authier-Revuz, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLV - Revue de Linguistique*, 26: 91-151, 1982.
- Ginzburg, C. Raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.
- Hughes, J. *A filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- Maingueneau, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, S.P.: Pontes, 1987.
- Orlandi, E. P. (org.) *Gestos de leitura*. Campinas, S.P.: Ed. da Unicamp, 1994.

ANEXO 1 – FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Língua Portuguesa 5 – Fonética e Fonologia – 3º período – Letras – 60horas/aula – Obrigatória.

OBJETIVOS: Propiciar a aquisição de conhecimentos teóricos que possibilitem a aplicação dos princípios da teoria fonológica na pesquisa, na análise e no ensino de língua portuguesa. Desenvolver a habilidade de descrever os fenômenos fonológicos específicos da língua portuguesa.

EMENTA: Fonética – noções de fonética articulatória. Fonologia – fonema, alofone. O sistema fonológico do português. Processos fonológicos. Teoria dos traços distintivos. Fonologia e sistema de escrita. Fonologia evolutiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURGESS, E. *Introdução à fonética articulatória*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1976.
- CABRAL, L. S. *Introdução à Lingüística*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo: Scipione, 1989.
- CÂMARA Jr., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. *Lingüística e ensino de português*. Trad. Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina, 1974.
- ISTRE, E. M. *Fonologia transformacional e natural: uma introdução crítica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.
- LEMLE, M. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1988.
- MALMBERG, B. A. *A fonética*. Trad. Oliveira Figueiredo. Lisboa: Livros do Brasil, 1954.
- PAIVA, M. A. *Varição dialetal e aprendizagem de ortografia*. Rio de Janeiro: PUC, dissertação de Mestrado, 1983.
- SHANE, S. A. *Fonologia gerativa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

PROGRAMA: 1. Os fonemas do português – a fonação, os fonemas, os sons da fala; os traços distintivos – possibilidades articulatorias, as variantes fonéticas; a classificação dos fonemas – traços supra-segmentais; as vogais do português; as consoantes do português; regras fonológicas. 2. A relação entre fonema e grafema: o sistema gráfico do português; dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita; o leitor competente e a ortografia. 3. Os fonemas e a estrutura silábica do português: conceituação – padrões silábicos; sílaba gráfica, fonética e fonologia; encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos. 4. A acentuação e a estrutura melódica da frase: tonicidade e atonicidade; grupo de força, grupo de intensidade; vocábulo fonológico, ênfase entonacional; problemas de pronúncia. 5. A fonologia evolutiva: os fonemas do latim, os fonemas do português.

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ANÁLISE

Quadro Funcionalista

Elemento da Ficha	Escolha Sentidural	Função
Objetivos	<p><u>verbos</u>: <i>propiciar - desenvolver</i> <u>conceitos</u>: <i>aquisição, aplicação, habilidade</i> <u>proposta</u>: - conhecimentos teóricos e práticos; - princípios da teoria fonológica na pesquisa, na análise e no ensino de língua portuguesa; - descrever os fenômenos fonológicos da língua portuguesa.</p>	<p><u>direção enunciativa</u>: <i>abrangência subjetiva</i> <u>célula de filiação</u>: <i>formalista</i> <u>aplicação</u>: <i>informação - descrição</i></p>
Ementa	<p><u>teoria</u>: - Fonética Articulatória; - O sistema fonológico; - Os processos fonológicos; - Teoria dos traços distintivos; - Fonologia evolutiva. <u>representação</u>: <i>noções, unidades, comparação.</i> <u>enfoque</u>: <i>superficial, classificatório, enumerativo, comparativo.</i></p>	<p><u>filiação epistemológica</u>: <i>positivismo</i> <u>suporte metodológico</u>: <i>indução</i> <u> pontos de inflexão</u>: - generalidades - fragmentação - distinção - seqüência</p>
Bibliografia	<p><u>autor</u>: - autores didáticos: 3 - autores referenciais: 5 - autores correlatos: 4 <u>obra</u>: - abrangencial: 3 - específica: 5 - consultiva: 1 - relacional: 3 <u>temporalidade</u>: - até 10 anos: 1 - entre 11 e 20 anos: 4 - entre 21 e 30 anos: 5 - entre 31 e 40 anos: 0 - entre 41 e 50 anos: 2</p>	<p><u>filiação teórica</u>: - Fundamentação geral - Fonética articulatória - Linguística - Fonêmica - Fonologia transformacional - Educação - Variação dialetal - Fonologia gerativa - Gênese latina <u>contextualização pragmática</u>: - Alfabetização - Ensino de Português - Ortografia <u>vigência teórico-pragmática</u>: - a articulação oral e escrita - o ensino da articulação oral - representação estrutural dos sons</p>
Programa	<p><u>focalização</u>: - unidades sonoras - simbologia dos sons - estrutura dos sons - representação dos sons - características dos sons - relação som/ortografia - relação som/leitura</p>	<p><u>direcionamento teórico</u>: - exposição - separação - analogias - especificidades <u>problematização</u>: - fundamentação - atributos</p>

ANEXO 2 - ROTEIRO DE ANÁLISE

Quadro Distribucional

Elemento da Ficha	Direção enunciativa/Teoria	Conceitos/Princípios Teóricos
Objetivos	direção enunciativa abstrata para uma teoria formalista	conceitos designativos para princípios teóricos de natureza operacional
Ementa	direção enunciativa fragmentada em subáreas para uma teoria mecanicista	conceitos fundados na orientação de funcionamentos físicos com princípios teóricos de natureza estrutural
Bibliografia	direção enunciativa abrangencial para uma teoria organizacional	conceitos referenciais com princípios teóricos de ênfase na especificação
Programa	direção enunciativa seqüencial para uma teoria fragmentada	conceitos descritivos com princípios teóricos pontuais

Aplicação conceitual/Princípios Teóricos	Relação epistemológica/Foco de Abordagem	Relação metodológica/Seqüência de Princípios Teóricos
aplicações conceituais técnicas em convergência com princípios teóricos de realização mecanicista	relação epistemológica positiva com foco de abordagem no controle de variáveis	relação metodológica de procedimentos analógicos com uma seqüência de princípios teóricos graduais
aplicações conceituais sistematizáveis em similaridade com princípios teóricos de propriedades definidas	relação epistemológica de caráter empírico com foco de abordagem na regulação de fenômenos de natureza físico/experimental	relação metodológica de representações simbólicas com uma seqüência de princípios teóricos indiciais
aplicações conceituais dirigidas com princípios teóricos abrangenciais	relação epistemológica de caráter racional com foco de abordagem na sistematização de variáveis concorrentes	relação metodológica distintiva com uma seqüência de princípios teóricos demarcadores de traços de ocorrência
aplicações conceituais pragmáticas com princípios teóricos de asseveração	relação epistemológica de gênese com foco de abordagem na construção de modelos de aplicação	relação metodológica associativa com uma seqüência de princípios teóricos inter-relacionados